

STE - SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO

STI - SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS IMPOSTOS

SINDEP - SINDICATO NACIONAL E DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES

## **PROPOSTAS PARA 2006**

**STE, STI e SINDEP propõem ao  
Governo aumentos de 3,5%**

STE - SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO

STI - SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS IMPOSTOS

SINDEP - SINDICATO NACIONAL E DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES

## PARA 2006

# STE, STI e SINDEP PROPÕEM AO GOVERNO AUMENTOS DE 3,5%

Os sindicatos signatários vão propor ao Governo uma actualização salarial e das pensões para 2006, bem como de outra matéria pecuniária, de 3,5%.

Este valor é calculado com base na inflação previsível de 3% para o próximo ano, a que se adicionam ganhos de produtividade equivalentes a menos de 50% do crescimento do PIB, estimado em 1,2% para o mesmo ano de 2006.

Estes sindicatos entendem que há factores que exigem que a tabela salarial da função pública tenha assim um aumento significativo em 2006. Isso corresponde ao mais elementar dever de justiça.

Esses factores têm origem no congelamento das progressões (escalões) e dos suplementos remuneratórios, na contenção das promoções e na subida acima referida da taxa de inflação.

Acresce que um estudo comparativo dos acréscimos salariais entre os sectores privado e público permitiu concluir que os trabalhadores da Administração Pública perderam, relativamente aos congéneres do sector

privado, 7,74% em poder de compra relativamente aos valores de inflação.

Tudo razões que justificam a negociação que estes sindicatos avançam em torno do valor de uma proposta de acréscimo de valores em 3,5%, que só não é superior dado querermos contribuir também, com a nossa moderação, para que a crise não seja atribuída aos trabalhadores da Administração Pública como maliciosamente os sucessivos Governos têm pretendido fazer crer.

Durante as negociações a efectuar com o Governo vamos propor também: a negociação de protocolos com as entidades prestadoras de cuidados de saúde com o alargamento das valências a consultas de especialidade e meios auxiliares de diagnóstico, bem como a redução dos custos e do tempo médio de atendimento, no que se refere ao regime convencionado da ADSE. Quanto ao regime livre, que o Governo estabeleça máximos a processar, seja para consulta de diferentes especialidades, seja para meios auxiliares de diagnóstico.

Vamos insistir, também, na criação da carreira de Administrador Público, que a nosso ver corresponde a uma exigência de qualificação e especialização a que a Administração Pública tarda em responder.

Vamos igualmente insistir numa maior valorização das carreiras técnicas e, designadamente, na concretização do direito à carreira, que torne possível a abertura efectiva de concursos para os trabalhadores que preencham os requisitos a que esses concursos obriguem.

Vão ser também outras questões a levantar nas negociações, a necessidade de conhecimento dos recursos humanos da Administração Pública e a sua evolução; a reintrodução dos benefícios fiscais anteriormente permitidos por sucessivos Planos de Poupança; a criação de uma instância arbitral (independente) de resolução de conflitos; a actualização do subsídio de refeição para €6,00.

Tudo isto são contributos para o que entendemos que deve ser uma negociação séria. É que não pactuamos com mudanças sistematicamente contrárias aos trabalhadores como tem acontecido.

**O STE, o STI e o SINDEP querem chamar o Governo à razão e tudo farão para o convencer.**

LI SBOA, 2005-08-30

**O SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO  
O SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS IMPOSTOS  
O SINDICATO NACIONAL E DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES**

LP/RM